

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.055 - MS (2019/0251965-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : LEONARDO PEREIRA FONSECA (PRESO)
ADVOGADO : ED CARLOS DA ROSA ARGUILAR - MS013899
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LEONARDO PEREIRA FONSECA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul que denegou a ordem visada no *Writ* n. 1408514-83.2019.8.12.0000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos, I, II e V, do Código Penal.

Alega o recorrente, que a custódia preventiva não poderia ter sido decretada com base em indícios de autoria, já que não teria cometido o crime imputado.

Além disso, sustenta sofrer constrangimento ilegal, sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a ordenação e a manutenção da sua prisão.

Por fim, realça suas condições pessoais favoráveis – primário, sem antecedentes, emprego e residência fixa –, que lhe permitiriam ter a prisão substituída por medidas cautelares mais brandas, insculpidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, o provimento do presente reclamo para revogar sua prisão preventiva, mediante a imposição de cautelares alternativas.

Apresentadas contra-razões, os autos ascenderam a esta Corte Superior.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Dos elementos colacionados nos autos, infere-se que o recorrente foi preso em flagrante em 14.6.2019, teve convertida a prisão em preventiva na audiência de custódia realizada no dia 17.6.2019 e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal, porque, juntamente com outro agente e mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e, ainda, com restrição à liberdade das vítimas, teria invadido a residência dos ofendidos com a finalidade de subtrair objetos.

Quanto aos fatos, narra o auto de prisão em flagrante que:

"(...) estive na barbearia SALAO DO TATA, ocasião em que se encontravam no local a pessoa de DEYVID, ANDERSON DA SILVA vulgo SOMBRA e TALISSON BATISTA DA SILVA, vulgo TATA. Que em conversa o interrogando soube que alguém tinha uma ?fita? boa pra fazer, e que seria uma residência onde havia um cofre com grande quantidade em dinheiro, além de jóias e ouro. Que souberam que o dono da residência era o mesmo

Superior Tribunal de Justiça

proprietário do PETSHOP, sito Bairro Aero Rancho, e que este possuía uma camionete. Que o interrogando alega não saber de quem se trata o informante. Que então decidiram roubar aquela residência e planejaram o roubo por meio de conversas através do aplicativo Whatsapp. Que na data dos fatos o interrogando, por volta das 17h00m, deixou sua residência em posse de seu veículo automotor GOL, modelo não sabendo declinar a placa, na cor branca e foi até a o Bairro Aero Rancho onde se encontrou com SOMBRA. Que na sequência foram até a barbearia de TATA, a após apanha-lo seguiram até o local do crime e estacionaram em frente a residência/alvo, visando aguardar DEYVID que ficou de estacionar em frente ao PETSHOP para aguardar a saída do proprietário. Que DEYVID utilizou bis, na cor azul para chegar ao local, veículo pertencente ao seu irmão DYONATAN SANGALLI os autores tinham ciência do horário em que o proprietário deixava o estabelecimento e ia para sua residência. Que assim que a vítima deixou o PETSHOP acompanhado de seu filho em posse de uma motocicleta, na cor preta ou verde escura, DEYVID avisou via radio os integrantes e estes ficaram em alerta. Que assim que a vítima acionou o portão eletrônico, TALISSON desceu do veículo e abordou a vítima em posse de uma arma de fogo, tipo REVOLVER rendendo a vítima.

Que TALISSON abriu o portão momento em que o interrogando adentrou a residência. Que com o portão fechado TALISSON desferiu alguns chutes e socos na vítima, uma vez que esta investiu em TALISSON acertando-o com capacete na tentativa de repeli-lo. Que em seguida o interrogando pegou a vítima e o levou até um dos quartos na procura do cofre. Que a vítima informou que não havia cofre nenhum na residência então foi conduzida até a sala, onde suas mãos foram amarradas. Que o interrogando e TALISSON questionaram a vítima quanto ao cofre, e como não obtiveram resposta, TALISSON agrediu a vítima com chutes e socos. Que reviraram a residência e encontraram ouro e bijuterias da vítima que estava guardada no closet. Que passando uns 30 minutos chegou a residência a esposa da vítima dirigindo em EVOQUE e foi abordada em seguida pelo interrogando, que alega que não portava a arma de fogo. Que conduziu a mulher até a sala e exigiu que deitasse no chão. Que a mulher foi questionada quanto ao cofre, e disse que não havia nenhum parceiro. Que após algum tempo SOMBRA tocou o interfone e adentrou a residência. Que questionou o paradeiro do

Superior Tribunal de Justiça

cofre, e foi informado de que não havia cofre nenhum. Que então SOMBRA decidiu revirar a residência e selecionar objetos de valor para levarem. Que o interrogando acompanhou SOMBRA e separou os objetos tais como roupas, bebidas, bijuterias, relógios, uma quantia em dinheiro de aproximadamente R\$300,00 (trezentos reais). Que os objetos foram guardados em malas que encontraram na residência. Que nesse tem o portão de elevação foi acionado e um segundo carro FIAT 500 adentrou a residência. Que SOMBRA e o interrogando renderam as vítimas que estavam no veículo e trouxeram para dentro. Que SOMBRA subtraiu o anel de uma das vítimas rendidas e as colocou deitadas no chão. Que após recolherem as coisas, o interrogando afirma que comeu, tomou vinho, momento em que uma quinta vítima adentrou ao local e foi rendida pelo SOMBRA e encaminhada junto das demais vítimas. Que todas as vítimas foram colocadas no banheiro e a intenção era levar FÁBIO junto, como forma de garantia para que as demais vítimas não acionassem a polícia. Que sua esposa a ?loira? pediu pra ir no lugar do marido, porque este estava machucado, o que foi aceito pelo interrogando e seus comparsas. Que colocaram os objetos dentro do EVOQUE, do GOL e do FIAT 500, e SOMBRA e o interrogando levaram o EVOQUE, TALISSON acompanhou a LOIRA com o FIAT 500, e DAVID conduziu o GOL." (e-STJ fls. 87/89).

Verifica-se que, em 17.6.2019, o Juiz singular converteu a prisão em flagrante em preventiva, a bem da ordem pública, destacando as circunstâncias da conduta em tese perpetrada pelo acusado, que restringiu a liberdade das vítimas mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e, ainda, em concurso de agentes.

Inconformada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, considerando que o "*fumus comissi delicti* ressaí do auto de prisão em flagrante (fls.58/59), boletim de ocorrência e auto de exibição (fls. 39/52) os quais, neste momento, são suficientes a demonstrar a materialidade dos crimes e indícios de autoria contra o paciente" e "*a gravidade concreta da conduta, evidenciada pelo emprego de violência contra a vítima, bem como o concurso de pessoas, e restrição da liberdade da vítima*" (e-STJ fl. 168), evidenciando o *periculum libertatis*.

Delineado o contexto fático processual, importa ressaltar, *prima facie*, que não há como se examinar a alegada negativa de autoria do roubo ou as evidências do crime de receptação, uma vez que a tese de fragilidade das provas quanto à imputação criminosa é questão que não pode ser dirimida na via sumária do *habeas corpus* ou do seu recurso ordinário, por demandar o reexame aprofundado das provas coletadas no curso da instrução criminal, devendo ser solucionada na esfera própria, qual seja, na ação penal a que responde e pelo Togado singular.

Na mesma direção, confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO DE USO RESTRITO E COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. NEGATIVA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, explicitada na periculosidade dos acusados, com quem foi apreendida vasta quantidade de material bélico pertencente à Brigada Militar, os quais, a despeito de ostentarem o dever legal de agirem em favor do Estado de Direito, combatendo à criminalidade, valiam-se de suas funções justamente para contribuir com o enfraquecimento da segurança estatal e o fortalecimento de organizações criminosas, as quais deviam por dever de ofício combater, não há ilegalidade no decreto prisional.

3. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública sendo irrelevantes eventuais preditos pessoais favoráveis. Precedentes.

4. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 91.002/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018, grifou-se)

Por outro lado, verifica-se que a custódia do recorrente encontra-se devidamente justificada com base no art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento, especialmente, da ordem pública, haja vista as circunstâncias em que **ocorridos os fatos criminosos**.

Ora, em alguns tipos de delito, como o roubo - crime patrimonial que somente se comete com o emprego de violência ou grave ameaça a pessoa -, a periculosidade do agente pode facilmente ser aferida pela forma como se deu a ação criminosa, da qual se pode concluir, ainda, se há ou não risco de reiteração delitiva.

Não se trata de presumir a periculosidade do autor do crime ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta – essa atitude, sim, constantemente desautorizada por este Superior Tribunal de Justiça em seus inúmeros precedentes –, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constritiva pela própria forma como foi praticado o delito, ou seja, em razão do *modus operandi* empregado pelo autor na sua execução.

Assim, certos tipos de crimes, como o que ora se examina, permitem que, da simples prática delitiva, se infira o perigo à ordem pública, que é o *periculum libertatis* exigido para a preventiva.

Excluir essa avaliação do julgador ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo

Superior Tribunal de Justiça

penal violado não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva, como vem assinalando a jurisprudência deste Tribunal:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ROUBO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ADEQUADA NO CÁRCERE E DA SITUAÇÃO DE EXTREMA DEBILIDADE. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A prisão preventiva foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, destacando-se a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, em razão do modus operandi do delito.

2. No caso, o Paciente teria cometido o crime com o emprego de simulacro de arma de fogo, em plena luz do dia, em rua movimentada, aproveitando-se do fato da vítima se encontrar com seu veículo parado no semáforo para praticar o delito, revelando a ousadia na ação e o risco às pessoas que ali transitavam. Tais circunstâncias demonstram a especial gravidade concreta da conduta, a justificar a imposição da medida constritiva para a garantia da ordem pública.

[...]

5. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011. Precedentes

6. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 460.588/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 03/12/2018, grifou-se)

Com efeito, forçoso reconhecer que as particularidades do delito que ora se examina – **em que o recorrente, em comparsaria e mediante violência e grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, invadiu a residência das vítimas e subtraiu veículos e objetos pessoais do local, com restrição à liberdade dos ofendidos** – evidenciam a ousadia e a maior periculosidade do agente, mostrando que a prisão é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade, risco que se pode afirmar concreto, diante do *modus operandi* empregado.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. SENTENÇA PROFERIDA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do art. 312 do CPP.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente em razão da forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em roubo majorado, cometido em concurso de agentes, com envolvimento de um menor de idade, mediante utilização de arma de fogo e restrição à liberdade da vítima, circunstâncias que demonstram a periculosidade concreta do paciente e a necessidade da segregação cautelar imposta. Precedentes.

[...]

VIII - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a liberdade se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 472.890/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018)

E, por fim, entendendo as instâncias ordinárias pela necessidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo recorrente, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Assim, a prisão preventiva do recorrente está suficientemente justificada e merece ser preservada, a bem da ordem pública, constantemente abalada por condutas violentas como a que ora se examina.

Diante do exposto, **nega-se provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intemem-se.

Cientifique-se o MPF.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator